Associação dos Advogados de Macau

澳 門 律 師 公 會

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU

PROVA

DE

AVALIAÇÃO FINAL DO ESTÁGIO

(Parte I)

7 de Maio de 2011

UP date

Avaliação escrita – Parte I

(3 HORAS)

Leia com atenção as seguintes hipóteses e responda a todas as perguntas justificando as suas respostas com a correspondente referência às normas legais aplicáveis ao caso.

Direito Civil e Processo Civil – (A + B = 8 valores)

(A)

A Conforto no Lar, Limitada, é uma sociedade que se dedica ao comércio de artigos de decoração, possuindo uma loja de venda de mobílias na Av. Horta e Costa. Em 15 de Dezembro de 2010, Bernardo, agradado com o que viu na loja, decidiu ali adquirir um conjunto de mobília de quarto e outro para a sala, ambos em promoção com desconto de 50% e destinados ao apartamento que acabara de prometer comprar à Companhia de Investimento Predial Nova Aurora, Lda., por contrato-promessa de compra e venda datado de 30 de Dezembro de 2010.

Para compra da mobília, cujo preço total foi de MOP50.000,00, Bernardo pagou de imediato a quantia de MOP20.000,00 a título de sinal e entregou ainda à Conforto no Lar, Limitada, três cheques de MOP10.000,00 cada, datados respectivamente de 15 de Janeiro, 15 de Fevereiro e 15 de Março de 2011.

Bernardo devia pagar o remanescente do preço devido pela compra da sua nova casa até 15 de Janeiro de 2011, data em que a escritura pública de compra e venda seria assinada, de acordo com a notificação recebida em 3 de Janeiro de 2011, da Companhia de Investimento Predial Nova Aurora, Lda., em cumprimento da seguinte cláusula contratual:

"O remanescente do preço, no valor de MOP2.000.000,00, será pago no acto da celebração da escritura pública de compra e venda, até 15 de Janeiro de 2011, cabendo à parte vendedora designar o dia, hora e local para a escritura, e deles notificar a parte compradora com 10 dias de antecedência."

Bernardo não comparece à escritura porque não possui a quantia necessária e no dia seguinte recebe da Companhia de Investimento Predial Nova Aurora, Lda. uma carta, registada e com aviso de recepção, comunicando-lhe a resolução do contrato-promessa de compra e venda por incumprimento definitivo.

Bernardo dirige-se de imediato à loja de mobílias onde conta o que se passou e pede a restituição dos três cheques, bem como a resolução do contrato, uma vez que a casa lhe não foi entregue na data aprazada. A loja recusa, diz que a culpa é de Bernardo e que já apresentou a pagamento um dos cheques, indo apresentar a pagamento os outros dois nas respectivas datas. Bernardo dirige-se de imediato ao banco e cancela a conta. De seguida, desloca-se aos escritórios de um jornal de grande circulação em

Macau e publica um anúncio, onde alega que a Conforto no Lar, Limitada, vende mobiliário fabricado por trabalhadores-escravos e crianças de até 12 anos de idade num País do Sudoeste asiático.

Pergunta-se:

1. Bernardo pagou MOP1.000.000,00 a título de sinal pela aquisição da fracção autónoma à Companhia de Investimento Predial Nova Aurora, Lda.. Pode Bernardo reagir contra a resolução do contrato-promessa? Justifique.

2. A Conforto no Lar, Limitada sente-se afectada na sua reputação com a publicação do anúncio por Bernardo. Para agravar a situação, enfrenta agora diariamente manifestações de activistas pelos direitos humanos à porta da loja e sofre uma quebra de vendas acentuada. Se fosse consultado pela Conforto no Lar, Limitada, o que lhe recomendava? Pode agir contra Bernardo? Como e com que fundamento?

****

(B)

Duarte foi citado em 8 de Junho de 2010 para uma acção declarativa que contra ele move Eduardo no Tribunal Judicial de Base. A citação foi feita por carta registada com aviso de recepção, dirigida para a morada residencial de Duarte. De acordo com a nota de citação, Duarte tem 60 dias para contestar a acção.

Eduardo pede a condenação de Duarte no pagamento da quantia de MOP200.000,00 e junta, para instruir o pedido, um cheque passado por Duarte a seu favor, com vencimento a 2 de Maio de 2010, que Eduardo apresentou a pagamento no seu banco nesse mesmo dia 2 de Maio de 2010 e que veio devolvido com a menção de "fundos insuficientes".

A dívida respeita à venda de um automóvel que Eduardo tinha vendido a Duarte em 2 de Maio de 2010 e que Duarte decidiu devolver a Eduardo porque sofria já, no momento da venda, de uma avaria no motor cuja reparação foi avaliada em MOP100.000,00. Duarte desconhecia a avaria no momento da compra mas logo na primeira vez que conduziu o automóvel, no dia seguinte, este não funcionou e um mecânico seu amigo de imediato lhe disse que o motor estava gripado.

Em virtude da avaria, Duarte propõe logo contra Eduardo uma acção, com a qual pretende obter a anulação do contrato de venda do automóvel e ainda uma indemnização. A acção foi proposta em 30 de Junho de 2010.

Pergunta-se:

1. Quando termina o prazo de Duarte para contestar a acção que contra ele é movida por Eduardo? Justifique.
2. Eduardo lançou mão do meio processual adequado para o fim pretendido? Porquê?

3. Que defesa pode Duarte apresentar? Como a caracteriza?
4. Com base em que preceitos legais e institutos jurídicos iria fundamentar a pretensão de Duarte na acção que move contra Eduardo? Eduardo diz que Duarte nunca lhe tinha dito que o automóvel sofria de uma avaria, até ser citado para a acção de Duarte. Este facto é relevante? Se sim, que tipo de defesa usaria em representação de Eduardo?
5. Duarte é casado com Filipa no regime da comunhão geral de bens. Filipa opõe-se a que Duarte desfaça o contrato de compra do automóvel porque gosta muito da cor. Filipa tem de intervir na acção que Eduardo move contra Duarte? Justifique. E tem de intervir na acção que Duarte move a Eduardo? Justifique.

****

Direito Comercial – (C + D = 7 valores)

(C)

Enquanto participava numa expedição ao Tibete, **Chan** cedeu por 12 meses a exploração do seu ginásio a **Wang**, mediante o pagamento trimestral de uma quantia indexada ao número de clientes que frequentassem as instalações. Ao fim de 2 meses **Chan** sofreu um acidente e teve de interromper a sua aventura tibetana. Rapidamente recuperado, decide constituir uma sociedade por quotas unipessoal para explorar um "centro desportivo e de *fitness*" na mesma cidade, o qual vem a ser inaugurado poucas

semanas depois com enorme sucesso. Inconformado, **Wang** pretende reagir. Diga se e como o pode fazer.

****

(D)

A **JMS, S.A.** é uma sociedade anónima cujo capital social se encontra dividido em duas categorias de acções: a das acções ordinárias ou de categoria A e a das acções de categoria B. As acções de categoria B atribuem aos seus titulares, além de direitos iguais aos conferidos pelas acções ordinárias, o direito de aprovação de um terço dos membros do conselho de administração.

Há três meses, teve lugar uma reunião da assembleia geral da **JMS, S.A.** que deliberou:

1. Destituir a totalidade dos administradores e eleger novos membros para todos os lugares do conselho de administração, incluindo para a sua presidência;
2. Suprimir as acções de categoria B, passando todas as acções a ser ordinárias.

Ambas as deliberações foram tomadas por 60% dos votos emitidos, tendo todos os accionistas participado nas deliberações.

Zhang, que era presidente do conselho de administração e titular de metade de todas as acções de categoria B, votou contra as deliberações e pretende agora saber:

a) se pode atacar as deliberações em causa;

b) caso a deliberação de destituição não possa ser revertida, se os administradores destituídos têm direito a alguma indemnização.

****

Notariado e Registos – (E + F = 5)

(E)

António e Joana, respectivamente de 82 e 79 anos de idade, casados entre si e aposentados, dirigiram-se ao escritório do Frederico, jovem advogado, solicitando-lhe a ajuda para preparar a assinatura de "Peng On Chi" (testamento), tendo em conta as suas idades bastantes avançadas, bem como o facto de o casal não ter, até à presente data, nenhum filho.

Após a conferência realizada com casal, Frederico tomou conhecimeno dos seguintes:

- António e Joana, casaram em Macau, em primeira e única núpcia, no regime de comunhão de adquiridos;
- O casal é titular de uma conta bancária em moeda estrangeira, com o saldo actual de AUSD$50.000,00;
- O casal residem actualmente numa fracção autónoma sita em Macau, na Avenida do Ouvidor Arriaga, adquirida na constância do matrimónio e registada em nome do António;
- A vontade do casal é: "o cônjuge sobrevivo sucede tudo de quem falecer

primeiro; E após o falecimento do casal, irá sucedê-los a afilhada do António, Wanda".

Imagine você é o advogado a quem o António e Joana se dirigiram.

Pergunta-se:

1) Que conselho jurídico iria a dar ao casal para poder alcançar, na medida que possível, a pretensão deles, conforme o acima exposto?
2) Não sendo notário privado, irá aconselhar ao casal optar pelo testamento cerrado ou pelo testamento público? Qual é a diferença entre estes dois tipos de testamentos? Quais os elementos necessários para a sua feitura?

****

(F)

Suponha que na sentença judicial ficou adjudicado ao senhor Albertino, solteiro, maior, o direito de propriedade de um bem imóvel, no entanto, ao preencher o formulário do pedido de registo de aquisição, dirigido à Conservatória do Registo Predial, ele declarou que é actualmente divorciado.

Acha que esta alteração do estado civil por parte do requerente vai afectar ou não a natureza do registo ? (provisório ou definitivo) Justifique.

- Boa sorte -